



ACÓRDÃO Nº285/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11452/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Boa Vista do Ramos
- 4- **Exercício:** 2015
- 5- **Responsável:** Ronaldo Dias Pereira (Ordenador de Despesa)
- 6- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 147/2017-DMP, Dr. João Barroso de Souza, Procurador de Contas.
- 8- **Relator:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Poder Legislativo dos Municípios do Interior. Câmara Municipal de Boa Vista do Ramos. Exercício de 2015.

*Regularidade com ressalvas. Multa.
Recomendação. Determinação.*

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, alínea “a”, item 2, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, em consonância com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas do **Sr. Ronaldo Dias Pereira**, responsável pela Câmara Municipal de Boa Vista do Ramos, no curso do exercício 2015, nos termos do art. 1º, II, e 22, II, da Lei nº 2423/96 c/c o art. 188, §1º, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

9.2. Aplicar Multa ao Sr. Ronaldo Dias Pereira no valor de **R\$ 4.000,00** (quatro mil reais) que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ relativamente às restrições **10, 13, 21 e 22**, não sanadas, nos termos do art. 53, parágrafo único, da Lei nº 2423/96, apontadas abaixo:

9.2.1. Não consta análise do setor responsável pelo Controle Interno e/ou Assessoria Jurídica nos autos relacionados aos atos de pessoal, processos licitatórios, termos de contratos, entre outros processos administrativos (Restrição 10);

9.2.2. Não encaminhamento de informações de Atos de Pessoal pelo SAP (Restrição 13);

9.2.3. Descumprimento do que determina o §4º do art. 39 da CF/1988 (Restrição



ACÓRDÃO Nº 285/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

21);

9.2.4. Ausência de documentação comprobatória de despesas nos processos de concessão de diárias (Restrição nº 22);

9.3. O recolhimento deve ser feito no prazo de **30 (trinta) dias**, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 72, III, da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 169, I, do Regimento Interno deste Tribunal, autorizando a instauração de inscrição do débito na Dívida Ativa e instauração da cobrança executiva, no caso de não recolhimento dos valores da condenação, *ex vi* o art. 173, do Regimento Interno deste Tribunal;

9.4. Recomendar a Câmara Municipal de Boa Vista do Ramos que:

9.4.1. Atualize e aperfeiçoe o Portal da Transparência, bem como adote outros mecanismos de acesso às informações públicas, em observância à LC 131/2009 e Lei Nº 12.527/2011;

9.4.2. Observe com rigor a Lei 8.666/93, a qual estabelece que o procedimento da licitação deve ser iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente, os documentos elencados nos incisos do art. 38 da referida Lei;

9.4.3. Providencie mecanismos eficientes de controle de frequência dos servidores efetivos e comissionados, em observância ao princípio da eficiência;

9.4.4. Realize concurso público para o cargo de Controlador Interno, assim como outros cargos de que a Administração necessite;

9.4.5. Implemente um sistema de Controle Interno e também de Controle Patrimonial, bem como designe servidores responsáveis para tais funções;

9.4.6. Disponibilize documentos no momento da realização da inspeção *in loco*;

9.4.7. Atualize os registros funcionais;

9.4.8. Atualize os Atos de Pessoal no sistema SPEDE;

9.4.9. Cumpra o que determina o §4º do art. 39 da CF/1988.

9.5. Determinar a SEPLENO - SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO que adote as providências previstas no art. 161 da Resolução 04/2002 - TCE-AM.

10- Ata: 8ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 29 de Março de 2017



ACÓRDÃO Nº285/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

13- Representante do Ministério Público: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral